

RESENHA DO LIVRO *SOCIOLOGY IN SOUTH AFRICA: COLONIAL, APARTHEID AND DEMOCRATIC FORMS*

José KATITO¹

SOORYAMOORTHY, R. *Sociology in South Africa: Colonial, Apartheid and Democratic Forms*. New York: Palgrave MacMillan, 2016. 135 p.

O conteúdo do livro de R. Sooryamoorthy, *Sociology in South Africa: Colonial, Apartheid and Democratic Forms*, é facilmente compreensível a partir do seu título. Concerne uma articulada análise do surgimento e da evolução da sociologia como disciplina teórica e prática na África do Sul, tendo em conta o modo como o colonialismo, o Apartheid e a democracia influenciaram as trajetórias da disciplina e a formação da sua identidade.

Utilizando material proveniente das duas principais bases de dados em que se encontram as publicações da e sobre a sociologia sul-africana, nomeadamente, a *South African Sociological Review (SARS)* e a *Web of Science (WoS)*, o livro mostra que a sociologia existe na África do Sul há mais de cem anos e o seu desenvolvimento foi fortemente influenciado pela política local. Ela foi introduzida no país no início de 1900 por filósofos, psicólogos e antropólogos instruídos na Europa. Estes cientistas incluíram a sociologia nos currícula dos seus departamentos no âmbito de programas ligados às políticas sociais viradas para o combate da pobreza da população branca. Tal vocação tornou-se ainda mais importante após a institucionalização e profissionalização da sociologia no período entre as décadas de 1930 e 1960, com a formação de departamentos autónomos de sociologia. A preocupação com a solução dos problemas sociais

¹ Instituto Superior Politécnico de Humanidades e Tecnologias Ekuikui II (ISUPE), Huambo – Angola. Professor de ciências sociais e socio-sanitárias. Universidade de Barcelona, Barcelona – Espanha. Doutor pelo Programa em Sociologia. jose.katito4studies@gmail.com.

do país acompanharia toda a história da sociologia até ao período pós-Apartheid, o que contribuiu para a formação de uma orientação mais empírica que teórica da disciplina na África do Sul.

Sooryamoorthy defende que o engajamento da sociologia sul-africana, com problemas cruciais, comportou certamente uma acumulação de conhecimento relevante sobre o país, mas a qualidade das pesquisas realizadas no período do Apartheid é questionável, pois aquele contexto de autoritarismo político e profundas divisões sociais criavam um clima hostil à pesquisa sociológica desencantada, livre e cientificamente objectiva. Dito noutros termos, por um lado, até ao fim do Apartheid em 1994 a sociologia produziu certamente um repertório de conhecimento sobre temas e problemas sul-africanos que hoje, na era democrática, servem de base para qualquer pesquisa social sobre o país: relações raciais; trabalho e relações industriais; Estado, Apartheid e democracia; desenvolvimento e urbanização; pobreza e desemprego; género e sexualidade; saúde e HIV/SIDA; problemas sociais como violência, crime, uso de drogas, alcoolismo e prostituição. Segundo o autor, este repertório, que é hoje estudado a partir duma perspectiva meta-analítica, tem servido também como base para a fundação de novos ramos da disciplina. Seria o caso da sociologia das profissões. Todavia, Sooryamoorthy afirma, devido às dificuldades postas pelo regime do Apartheid, eram escassos os estudos em larga escala, conduzidos por investigadores livres sobre uma população livre. As pesquisas eram circunscritas a determinados segmentos populacionais, carentes de teoria e fortemente permeadas por ideologias políticas. Esta situação foi exacerbada pela fraca coesão da comunidade sociológica sul-africana, tal como a sociedade em geral, após a institucionalização do Apartheid como política estatal em 1948, o sistema universitário sofreu uma marcada segregação racial e étnica, em conformidade com o *University Act* de 1959. O mundo da sociologia foi consideravelmente afectado. Formaram-se duas organizações antagónicas de sociologia: uma pro-apartheid, composta por sociólogos das universidades de língua Afriakaans (i.e. Pretoria, Rand, Stellenbosch) e uma anti-Apartheid, de sociólogos das universidades inglesas (i.e. Witwatersrand, Cape Town, Durban). As duas organizações criaram associações e revistas separadas, servindo-se delas como base operativa para as suas actividades académicas e extra-académicas. Além disso, a sociologia era extremamente dominada pela raça branca, embora a associação de língua inglesa tenha buscado, com algum sucesso, aliança com cientistas sociais negros do continente africano. Relacionado com este aspecto é o facto das universidades negras terem sido pobres em recursos financeiros, humanos e simbólicos como

a liberdade para participarem activamente nas actividades sociológicas. A fraca participação dos sociólogos sul-africanos em debates internacionais neste período é um outro problema relevante, diz o autor. Num ambiente deste tipo, sustenta Sooryamoorthy, a confiabilidade do conhecimento sociológico produzido na era do apartheid, do ponto de vista da sua capacidade de colher a complexidade da sociedade sul-africana, é questionável.

No que concerne às orientações teóricas, durante o Apartheid os sociólogos das universidades de língua Afrikaans privilegiavam o estrutural-funcionalismo nas suas análises da sociedade sul-africana, amiúde na tentativa de justificar o status quo das coisas. Por seu turno, particularmente no período entre as décadas de 1960 e de 1980, os sociólogos das universidades de língua inglesa inclinavam-se mais pelo marxismo com qual, em combinação com a sociologia do trabalho e das relações industriais, tentaram analisar criticamente o regime opressivo e explorador do Apartheid. O departamento de sociologia do *College of Durban* e a sua revista *South African Sociological Review (SARS)* estiveram na linha da frente desta perigosa actividade académica, a qual muitas vezes assumia contornos militantes típicos da pesquisa-acção para a emancipação do movimento negro dos trabalhadores, então interdito pelo Estado.

A integração entre os dois grupos profissionais da sociologia sul-africana só aconteceu no início do processo de democratização do país entre a década de 1980 e início de da década de 1990, culminando com a fusão das duas associações na actual *South African Sociological Association (SASA)* e das respectivas revistas na *South African Sociological Review (SARS)*.

Na hodierna África do Sul democrática, SASA e SARS são órgãos activos e funcionais da comunidade sociológica. Elas mobilizam grandes massas de estudantes que se inscrevem no curso de sociologia, internacionalizam a sociologia do país através da participação em associações e debates internacionais, e servem de guia para as ciências sociais do continente. Isto acontece, apesar do número de sociólogos sul-africanos ser limitado, devido ao progressivo individualismo e cooperativismo introduzidos pelo neoliberalismo económico (e pela democracia) no mundo académico.

Soorymoorthy observa que o contexto democrático é favorável à implementação de pesquisas em larga escala e em profundidade sobre temas e problemas da África do Sul, desde que sejam mantidas as condições de liberdade e sólida preparação teórica e metodológica dos pesquisadores.

No que tange à orientação metodológica, o livro de Soorymoorthy mostra que a sociologia sul-africana é carente nas metodologias quantitativas, seja ao

nível do ensino, seja ao nível da pesquisa. Consequentemente, ele advoga mais ensino da estatística na academia sul-africana. Analogamente, ele vê necessária a produção de mais doutores (PhD) no país, assim como a sua retenção na academia para subtraí-los do campo da consultoria que, em comparação com a academia, os graduados universitários de alto nível consideram mais atraente no actual contexto democrático e neoliberal.

Referindo-se aos desafios da sociologia na África do Sul democrática, Sooryamoorthy considera que existem várias esferas que, se potenciadas, poderiam ajudar a disciplina a livrar-se do legado do Apartheid. Uma delas concerne à relação entre a sociologia e outras disciplinas localizadas em departamentos não sociológicos. Uma segunda esfera diz respeito à relação dos sociólogos com os *mass media*. Esta permitiria a estes cientistas contribuir mais directa e conscientemente na luta pela justiça social e pelo desenvolvimento sustentável em geral, principalmente através da publicação de artigos sobre os problemas que afectam o país.

Estas recomendações são divisíveis. Aliás, na actual sociedade do conhecimento e de hibridismos, a ciência é chamada a aliar-se com campos científicos diversos e com outras formas do saber. Neste sentido, os estudos de HIV/SIDA tem empurrado os sociólogos a formas de intersectorialidade com economistas e antropólogos, entre outros, na tentativa de colherem a complexidade da epidemia. Desta maneira, os factores económicos e culturais que tornam as pessoas mais ou menos vulneráveis à infecção são estudados com mais ênfase, o que proporciona pormenores científicos daqueles campos aos sociólogos.

Sooryamoorthy não parece muito preocupado com a clarificação de alguns conceitos por ele empregues no livro. O primeiro é o conceito de “problemas sociais”, dentro do qual ele insere aspectos como a violência, o crime, o abuso de drogas, o alcoolismo e a prostituição. Não resulta claro o motivo pelo qual o item “HIV/AIDS”, por exemplo, é tratado separadamente do item “problemas sociais”, se considerarmos como problemas sociais todas as condições adversas ao desenvolvimento pessoal e colectivo e que, portanto, requerem intervenção tempestiva e oportuna.

Uma segunda observação da presente resenha tem a ver com os tipos de sociologia de Burawoy que, em certa medida, Sooryamoorthy utiliza para enquadrar as trajetórias da sociologia sul-africana. O enquadramento não parece consistente no livro, o que deixa o leitor que esteja pouco familiarizado com os tipos de sociologia de Burawoy com uma compreensão limitada ou, inclusive confusa da utilidade de tais categorias na análise do tema em questão. Especificamente,

pode não resultar clara a distinção entre as sociologias profissional, pública, crítica e da *policy*. Em particular, o leitor encontraria obscura a distinção entre “policy sociology” e “public sociology”. Neste sentido, talvez o livro de Sooryamoorthy se tivesse enriquecido ulteriormente explicando que, para o marxista Burawoy, a “policy sociology” relaciona-se com interesses privados, do mundo da consultoria, tipicamente, enquanto que a “public sociology” – fundada numa visão moralista e no pensamento crítico contra a auto-referencialidade do mundo académico e contra o capitalismo selvagem – pretende sustentar as iniciativas da sociedade civil para a justiça social, logo para a proteção de pessoas injustamente dominadas, exploradas ou excluídas pelo Estado e pelo Mercado.

Dito isto, o livro de R. Sooryamoorthy, *Sociology in South Africa: Colonial, Apartheid and Democratic Forms*, é uma obra fundamental para quem se interesse pela formação de tradições sociológicas em diferentes nações, tendo em conta o contexto político, institucional e intelectual em que a disciplina se situa.

Recebido em 29 de outubro de 2017

Aprovado em 22 de janeiro de 2018

